



## O diálogo de saberes na extensão rural

*The dialogue of knowledge in agricultural extension*

SOUSA, Iara Fonseca<sup>1</sup>; GARAVELLO, Maria Elisa de P. E.<sup>2</sup>

1 Doutoranda do PPGI-Ecologia Aplicada - ESALQ/ USP, iarafonseca@usp.br; 2 Prof.<sup>a</sup> da ESALQ/USP, mepegara@usp.br

### Resumo

O presente artigo discute a proposta da Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) na extensão rural de base agroecológica. Parte-se das contribuições teóricas da filosofia da ciência e da sociologia que evidenciam as limitações do saber científico e apontam para a importância do fortalecimento e reconhecimento de arranjos sócio-cognitivos locais no enfrentamento ao projeto hegemônico da agricultura moderna. Tem-se como hipótese que apesar do consenso sobre a necessidade do diálogo de saberes para o desenvolvimento sustentável no meio rural, ainda persiste nos serviços de extensão rural, uma relação unidirecional de ensino-aprendizagem e a subsequente valorização do saber científico em detrimento do saber local e tradicional.

**Palavras-chave:** construção do conhecimento agroecológico; participação; ATER.

### Abstract:

This article discusses the construction of the Agro-Ecological Knowledge (CCA) in the extension of agroecological. We present the theoretical contributions of philosophy of science and sociology that evidencing the limitations of scientific knowledge and point to the importance of strengthening and recognition of socio-cognitive local arrangements in confronting the hegemonic design of modern agriculture. The hypothesis is that despite the consensus of the importance of dialogue of knowledge for sustainable development in rural areas, still persists in rural extension services, teaching-learning-way relationship and the subsequent valuation of scientific knowledge at the expense of local knowledge and traditional.

**Keywords:** construction of agroecological knowledge; participation; ATER.

### Introdução

O reconhecimento da insustentabilidade socioambiental do projeto de modernização agrícola no Brasil incitou o surgimento de diversas iniciativas com o intuito de se alterar o quadro de desigualdade e destruição presente no meio rural, sendo umas destas, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que, atualmente, tem como princípio a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar. Nesta tentativa de mudança buscou-se apoio nos preceitos da Agroecologia, enquanto uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico,



através da compreensão da complexidade inerente aos agroecossistemas e da legitimação do saber popular e tradicional. A agroecologia, ao incorporar em seus princípios uma dimensão sociopolítica, busca orientações multiculturais para o empoderamento dos indivíduos e grupos sociais, a consolidação de relações socioeconômicas justas e solidárias e o manejo sustentável dos recursos naturais.

De acordo com a Lei nº 12.188 (11/01/2010), que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, a Ater se apresenta como um serviço de educação não formal, de caráter continuado, que deve construir, através de metodologias participativas, sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional (Art.3º, VII). Relaciona-se este objetivo da Ater ao processo denominado Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA), que se faz mediante a revalorização dos saberes locais e a sua integração com os saberes acadêmicos, através da construção de metodologias-ponte entre os procedimentos intuitivos, integradores e não lineares de produção de conhecimento dos (as) agricultores (as) e os procedimentos racionais, analíticos e lineares dos (as) técnicos (as) (Petersen, 2007: 7-8).

Ao se constatar a existência de dificuldades para a CCA nos serviços de Ater (Cotrim, 2013; Petersen, 2007; Kreutz et al., 2005), recorre-se às contribuições teóricas da filosofia da ciência, sobre as bases constituintes do conhecimento científico e os apontamentos sobre a importância de um pensamento pós-abissal (Santos, 2007), que defende a pluralidade epistemológica no enfrentamento da crise socioambiental.

### **Discussões**

Através de estudos de Cotrim (2013), Barbosa (2009) e Kreutz (2005), entende-se que as dificuldades para a consolidação do diálogo de saberes nos serviços de Ater referem-se à uma herança da educação ainda pautada em preceitos de



racionalidade, o que determina uma postura de superioridade em relação a outros conhecimentos. A filosofia da ciência desconstrói estes preceitos ao apontar o conhecimento científico como produto e produtor de uma forma de organização socioeconômica, portanto, permeado por condições culturais e subjetivas.

Pensadores como Hume (século XVIII), apresentaram questionamentos sobre como alcançar a verdade das coisas se o processo para conhecê-las relaciona-se, diretamente, com condições subjetivas e históricas. Hume apontou o mecanismo do hábito na aquisição, não só de fenômenos da natureza, como de ideias sociais, como as decorrentes da educação ou da cultura. Freud; M. Faraday, J.C. Maxwell, A. Einstein e Darwin, nos séculos XIX e XX reforçam esta ruptura com o projeto epistemológico da modernidade. Uma das críticas mais radicais vem com F. W. Nietzsche, no final do século XIX, que ao afirmar a condição contingente do sujeito às condições de existência, relativiza as concepções sobre a realidade e a produção de conhecimento, minando-se as pretensões de um conhecimento desprovido de genealogia histórica: *não existem fatos, só interpretações* (Carvalho, 2000).

Neste sentido, a partir das reflexões sobre as bases epistemológicas da ciência, constata-se que a racionalidade está visceralmente comprometida com as ideias de historicidade, de mudança ou transformação (CARVALHO, 2000) o que desconstrói a ideia de um conhecimento objetivo, neutro e generalizável. Contudo, o desenvolvimento das ciências humanas, ao adotar os mesmos pressupostos das ciências naturais, desenvolveu a ideia de evolução e progresso civilizatório, apontando para a existência de estágios evolutivos das sociedades. As sociedades não-ocidentais, analisadas sob a referência do mundo ocidental, foram consideradas num estágio civilizatório inferior, o que favoreceu a incidência de processos de dominação e exploração nas mesmas, com o avanço e desenvolvimento do capitalismo. Para Perrot (2008), ao longo da história, os contatos que visavam à dominação de povos longínquos foram justificados por valores, como da civilização e educação, durante o período colonial, e de construção e integração nacional, com as



independências políticas das ex-colônias: “[...] *discursos e realizações de progresso, de um lado, e práticas de expropriação, do outro, se confundem sob uma mesma denominação: o desenvolvimento*” (PERROT, 2008: 220).

Santos (2007) considera que a disseminação e universalização do pensamento ocidental se deu por processos de apropriação, envolvendo incorporação, cooptação e assimilação e por processos de violência, que implicam em destruição física, material, cultural e humana. Denomina o pensamento moderno ocidental de abissal, uma vez que cria um abismo entre todas as outras formas de pensamento não-ocidentais, através de um sistema (interdependente) de distinções visíveis e invisíveis. Segundo o autor, no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, sendo esta visibilidade e monopólio assentados na invisibilidade de outras formas de conhecimento, como os populares, camponeses, indígenas, etc. Defende que o enfrentamento das injustiças sociais e ambientais deve ser precedido por um enfrentamento epistemológico, que refere-se ao reconhecimento da pluralidade epistemológica existente nas sociedades periféricas: “[...] *não existe justiça social-global sem justiça cognitiva global*” (SANTOS, 2007:20).

De acordo com Escobar (2005), a desconstrução do *desenvolvimento* levou à possibilidade de uma época de *pós-desenvolvimento*, onde se propõe uma revalorização das culturas e conhecimentos locais em detrimento do conhecimento unicamente dos especialistas.

## Conclusões

Dadas as bases epistemológicas do conhecimento científico/técnico e as premissas e condições históricas que lhe sustentaram, considera-se que o desenvolvimento de alternativas ao projeto hegemônico capitalista se dará através de um rico diálogo de



saberes, que legitima distintos conhecimentos e reconhece o potencial inerente destes na promoção da sustentabilidade no meio rural. Ao se constatar a permanência de posturas e concepções ainda arraigadas em ideias desenvolvimentistas e tecnocientificistas reclama-se a necessidade de reformas educacionais que considerem a complexidade dos fenômenos da vida, a adoção de abordagens holísticas, a promoção da participação e permeabilidade aos distintos conhecimentos e experiências e, principalmente, a adoção de princípios éticos relacionados à igualdade, justiça social, sustentabilidade e respeito à todas formas de vida.

#### **Referências bibliográficas:**

BARBOSA, A. G. Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes. In: THEODORO, S.H., DUARTE, L.G., VIANA, J.N. (orgs). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 236p.

BRASIL, LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

CARVALHO, A. M. et al. *Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

COTRIM, D. S. O estudo da participação na interface dos atores na arena da construção do conhecimento agroecológico. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre-RS, 2013, 244p.

ESCOBAR, Arturo. *El “postdesarrollo” como concepto y práctica social*. Em Daniel Mato (coord), *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005.

KREUTZ, I.J., PINHEIRO, S. L. G., CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. *Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. P. 41-67.*

PERROT, D. *Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas)*. Cadernos de campo, São Paulo, n. 17, 2008.

PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). *Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades*. Rio de Janeiro: Grafici, 2007.



SANTOS, B.S. Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista crítica de Ciências Sociais, 78, Out., 2007.